O PERIGO DE EXTINÇÃO DAS LÍNGUAS AUTÓCTONES (NÃO OFICIAIS) NA ÁFRICA: POLÍTICA LINGUÍSTICA CRÍTICA

Pansau Tamba[1]
Alexandre António Timbane[2]

RESUMO

As línguas são meios de comunicação e de expressão da cultura de um povo. A política e o planejamento adotados pelos africanos valorizou as línguas europeias o que reduziu do número dos falantes das línguas autóctones. A pesquisa discute os conceitos de política e planejamento linguístico sob perspectiva crítica; Analisam a situação da política linguística na África a partir de análise da Constituição da República de cada país; Demonstra como as políticas linguísticas e públicas limitam o crescimento e expansão das línguas e; Propõe caminhos para um planejamento linguístico que resgate, apoie e expande as línguas em vias de extinção. É uma pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental consistiu na busca de documentos oficiais, neste caso das constituições da República dos 54 países com intuito de observar qual é o lugar das línguas autóctones nesses documentos, assim como as políticas do seu ensino. Na pesquisa documental inclui-se a busca, estudo e análise da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Resolução 47/135 da Assembleia Geral de 18/12/1992.

Palavras-chave: Línguas autoctones Política linguística Linguística Crítica Africa .

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Discente, pansautamba10@gmail.com[1]
Universidade de Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Docente, alexandre.timbane@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

África é um continente composto por 54 países. Os limites geográficos resultaram da colonização europeia que na Conferência de Berlim em 1884/1885 criaram limites artificiais entre os povos, entre grupos étnicos e linguísticos. Assim, falantes da mesma língua ficaram divididos geopoliticamente o que enfraqueceu esses grupos sob o ponto de vista da cultura, da língua e das tradições. Após às independências, os africanos escolheram (na sua maioria) línguas europeias como oficiais relegando as línguas autóctones faladas pela maioria destes. Os primeiros estudos descritivos sobre a classificação das línguas africanas foram realizados por americanos e europeus que vieram para África em missões religiosas e expedições exploratórias, especialmente no séc. XIX. Foi o caso de Greenberg, Guthrie, Doke, Bleek, Meinhof e Doneux. Esses estudos descreveram, compararam, localizaram geograficamente e identificaram o grau de parentesco entre línguas. Estudos de Greenberg (2005), por exemplo apresentam estudos sobre a classificação das linguas, algo que não existia antes da chegada dos europeus. Segundo Batibo (2005) e Petter (2015), o continente africano conta com mais de 2000 línguas muitas delas em vias de extinção. Os primeiros estudos sobre as línguas africanas surgiram no séc. XVIII através da vinda de europeus em expedições exploratórias e da colonização (DONEUX, 2003). Segundo Heine e Nurse (2000) há quatro grandes famílias de línguas, a saber afroasiática (371), nilo-saariana (196), khoisan (35) e niger-Congo (1.436) e línguas crioulas que são de base de línguas africanas, tal como os estudos de Tarallo e Alkmim (1987), Lefebvre (2004) e Timbane e Manuel (2018) argumentam. A política linguística, por um lado, está voltada para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo, entre outros (Severo, 2013, p. 451). Por outro lado, o planejamento linguístico se interessa pela prática, pela implementação (CALVET, 2007) da política que é, na verdade, a sua aplicação prática no seio de uma determinada sociedade. Por exemplo, o ensino nas escolas, o uso na elaboração de documentos da função pública, o uso de uma língua na justiça tudo isso está no âmbito do planejamento. Isso significa que o planejamento cumpre ordens da política linguística. Com a política linguística adotada pelos Governos independentistas, o número de falantes dessas línguas reduziu drasticamente nas últimas décadas, em favor das línguas europeias que ganharam privilégios, como é o caso do estatuto de língua oficial. Um estudo de Abdula, Timbane e Quebi (2017) analisou a situação linguística dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e demonstrou que grande parte das línguas africanas tendem a reduzir o número de seus falantes aumentando assim, o número de falantes do português (como língua materna) especialmente nas grandes cidades. O que se observa atualmente é que as línguas sem tradição escrita tendem a desaparecer porque a descrição (linguística) ficou mais atrasada ao longo dos tempos até porque essas línguas não são meios de ensino nas escolas. Até do momento, não existem políticas linguísticas claras que visam resgatar, ensinar, descrever e preservar essas línguas, sabendo que a língua e a cultura são elementos interligados. A hipótese Sapir-Whorf defende a ideia demonstrando que perder a língua é ao mesmo tempo perder uma cultura. O Art. 38º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da qual quase todos os países africanos assinaram defende que todas as línguas e todas as culturas das comunidades linguísticas devem receber um tratamento equitativo e não discriminatório nos conteúdos dos meios de comunicação do mundo inteiro. O Art.3, nº2 declara o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura. Declara ainda o direito a dispor de serviços culturais, a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação. As comunidades falantes dessas línguas têm o direito a ser atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas. Desta forma não se compreende a razão pela qual os países africanos não colocam em

ISSN: 2447-6161

prática os compromissos dos quais a são signatários. Hoje, os falantes de línguas não oficiais são discriminados, na justiça não julgados e fazem depoimentos ou interrogatórios numa língua pouco conhecida, nos hospitais tentam explicar as suas enfermidades numa língua pouco desconhecida e isso prejudica e cria desigualdades sociais (TIMBANE, 2016). Falar de línguas, de política linguística e do planejamento linguístico é um grande desafio quando se trata de contextos de países africanos em especial os povos bantu e khoisan. Segundo Matibo, os falantes de línguas minoritárias tendem a desenvolver atitudes negativas em relação à sua língua materna, não apenas pelos legados históricos, muitas vezes dolorosos, mas também pela falta de oportunidades socioeconômicas. Esses grupos populacionais preferem a língua oficial de origem europeia para que possam obter vantagens: emprego, acesso aos serviços públicos, acesso à educação de seus filhos e comunicação mais ampla (MATIBO, 2005) porque quase toda mídia utiliza a língua oficial. Vários estudos como os de Timbane (2013), Piron (2007) e Severo (2013) mostram que as línguas precisam de amparo legal para que tenham o poder porque neste momento se verifica o aumento de falantes de línguas europeias (que são oficiais) e redução de línguas africanas e de sinais (que não possuem estatuto de oficialidade). Sendo assim, a oficialização dessas línguas minoritárias na África abririam caminhos para que a sua proteção e expansão se efetive.

METODOLOGIA

É uma pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental consistirá na busca de documentos oficiais, neste caso das constituições da República dos 54 países com intuito de observar qual é o lugar das línguas autóctones nesses documentos, assim como as políticas do seu ensino. Sabe-se que a constituição de um país é a Carta Magna. É a carta mais importante de um país na qual se registram os principais direcionamentos de um país. A escolha da constituição dos países se justifica pela importância desse documento para uma nação. A busca dos materiais será por meio de visitas virtuais aos sites dos Governos dos países. Os documentos serão organizados em pastas e em formato pdf para que se possa analisar documento por documento. Em seguida, teremos a oportunidade de analisar quais os aspetos das línguas são apresentados. Nessa coleta, anotaremos as principais constatações com relação ao destino das línguas não apenas no uso, mas também na educação dos cidadãos. Na pesquisa documental incluímos a busca e estudo de três documentos importantes sobre as línguas, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Resolução 47/135 da Assembleia Geral de 18 de dezembro de 1992. Esses documentos serão analisados com intuito de observar se os aspectos apontados configuram nos países que são signatários das declarações. A segunda metodologia concerne a busca de textos, livros, artigos, capítulo e outros materiais que discutem a política linguística na África. Buscaremos dados dos recenseamentos populacionais mais recentes para melhor compreender o estado atual das línguas na África. Aqui teremos dados sobre o numero dos falantes incluindo as línguas em perigo. Cremos os dados poderão demonstrar a partir de uma interpretação qualitativa. Nesta pesquisa valorizaremos as obras de Calvet (1999), Matibo (2005), Greenberg (2005), Mesthrie (2004) e Childs (2003) pelo fato de ser obras de referencia nos estudos da linguística africana moderna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É uma pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental consistirá na busca de documentos oficiais, neste caso das constituições da República dos 54 países com intuito de observar qual é o lugar das

ISSN: 2447-6161

línguas autóctones nesses documentos, assim como as políticas do seu ensino. Sabe-se que a constituição de um país é a Carta Magna. É a carta mais importante de um país na qual se registram os principais direcionamentos de um país. A escolha da constituição dos países se justifica pela importância desse documento para uma nação. A busca dos materiais será por meio de visitas virtuais aos sites dos Governos dos países. Os documentos serão organizados em pastas e em formato pdf para que se possa analisar documento por documento. Em seguida, teremos a oportunidade de analisar quais os aspetos das línguas são apresentados. Nessa coleta, anotaremos as principais constatações com relação ao destino das línguas não apenas no uso, mas também na educação dos cidadãos. Na pesquisa documental incluímos a busca e estudo de três documentos importantes sobre as línguas, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Resolução 47/135 da Assembleia Geral de 18 de dezembro de 1992. Esses documentos serão analisados com intuito de observar se os aspectos apontados configuram nos países que são signatários das declarações. A segunda metodologia concerne a busca de textos, livros, artigos, capítulo e outros materiais que discutem a política linguística na África. Buscaremos dados dos recenseamentos populacionais mais recentes para melhor compreender o estado atual das línguas na África. Aqui teremos dados sobre o numero dos falantes incluindo as línguas em perigo. Cremos os dados poderão demonstrar a partir de uma interpretação qualitativa. Nesta pesquisa valorizaremos as obras de Calvet (1999), Matibo (2005), Greenberg (2005), Mesthrie (2004) e Childs (2003) pelo fato de ser obras de referencia nos estudos da linguística africana moderna.

CONCLUSÕES

É importante referir que os crioulos que surgiram em África são línguas africanas. Estudos de Mufwene (2004) mostram que as línguas nascem e o nascimento não envolve fases de gravidez e parto. O nascimento da língua se refere a um estagio (e não um ponto no tempo!). Nenhum ponto particular no tempo pode ser associado ao surgimento de crioulos como vernáculos separados das línguas europeias e africanas das quais elas evoluíram. Timbane e Manuel (2018) discutem a importância da valorização de crioulos africanos havendo a necessidade de se atribuir um nome à esses crioulos, porque o nome crioulo é genérico. Ao contrário do caso dos organismos, mas como no caso das espécies, o nascimento da língua não pode ser previsto. O reconhecimento da separação é possibilitado por um acréscimo cumulativo de características de divergência relativas a uma língua ancestral, independentemente de os linguistas considere o contato com outros idiomas.(MUFWENE, 2004, p.205). A principal motivação para a presente pesquisa surge pelo fato do número das línguas autóctones reduzir em África pelo fato de ter sido adotado políticas linguísticas que não apoiam o desenvolvimento das línguas africanas. Ki-Zerbo (2006, p.73) afirmou que o problema das línguas é fundamental , porque diz respeito à identidade dos povos. E a identidade é necessária, tanto para o desenvolvimento quanto para a democracia .

As línguas também dizem respeito à cultura, aos problemas da nação, à capacidade de imaginar, à criatividade. Quando falamos numa língua que não é originalmente a nossa, exprimimo-nos de forma mecânica e mimética, salvo exceções (...). Não fazemos mais do que imitar. Mas,quando nos exprimimos na nossa língua materna , a imaginação liberta-se. Para o presente projeto fomos motivados pela situação atual das línguas africanas que não favorece o seu resgate e crescimento. A ideia é de trazer uma contribuição para que essas línguas africanas não oficiais tenham algum espaço na política linguística e que tenham a oportunidade de ser revitalizadas para que não desapareçam ao longo do tempo. Para a valorização das línguas africanas, cada país deveria promover as suas línguas por meio do ensino e difusão nos meios de

ISSN: 2447-6161

comunicação. O ensino de uma língua numa determinada comunidade traria a autoestima desse povo, o que é de extrema importância. Os governos poderiam promover as línguas locais, premiando as melhores poesias, os melhores contos, etc. feitos e divulgados em línguas locais. Os mesmos prêmios atribuídos para quem tem sucesso em português deveriam acontecer em línguas locais. Cabe aos governos investir na formação de professores em línguas africanas, apoiando pesquisas que possam resultar na produção de gramáticas e dicionários que serão utilizados nas escolas. A produção literária deveria ser incentivada para que o conhecimento e os hábitos de leitura sejam estimuladas nessas línguas. Estas estratégias são fundamentais para que haja uma interpretação positiva das culturas presentes. Tal como dissemos ao longo dos debates, a língua se liga à cultura e assim, conseguiremos manter as tradições locais eliminado assim o preconceito linguístico e o estigma da inferioridade.

AGRADECIMENTOS

À FAPESB.

REFERÊNCIAS

ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo; TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato. As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. Revista Internacional em Língua Portuguesa, nº 31, p.23-46, 2017.

ADENDORFF, Ralph. Fanakalo: a pidgin in South Africa. MESTHRIE, Rajend (Eds.). Language in South Africa. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.179-198

BATIBO, Herman M. Language decline and death in Africa: causes, consequences and challenges. Clevedon, Buffalo e oronto: Multilingual Matters LTD, 2005.

CALVET, Louis-Jean. As políticas linguísticas. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

CALVET, Louis-Jean. La guerre des langues et les politique linguistiques. Paris: Hachette Littéraires, 1999.

CHILDS, G. Tucker. An Introduction to African Languages. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.

DER-HOUSSIKIAN, Haig. Innovations on the fringes of the Kiswahili-speaking world. Mc LAUGHLIN, Fiona (Eds.). The Languages of Urban Africa. London/New York: Continuum International Publishing Group, 2009, p.178-190.

DONEUX, Jean L. Histoire de La linguistique africaine : des précurseus aux années 70. Paris: PUP, 2003.

GREENBERG, Joseph H. Genetic Linguistics: Essays on Theory and Method. Eds. Oxford: OUP, 2005

HEINE, Bernd.; NURSE, Derek. African languages: an introduction. Cambridge: CUP, 2000.

KI-ZERBO, Joseph. Para quando África: entrevista com René Holenstein. Rio de janeiro: Pallas, 2006.

LEFEBVRE, Claire. Issues in study of pigin and creole languages. Amsterdam: JBPC. 2004.

MAHO, Jouni. A classification of the bantu languages: an update of Guthries referential system. in: NURSE, D. & PHILIPPSON, Gérard. (Eds.). The bantu languages. London & New York: Routledge, 2003, p.639-651.

MATIBO, Herman M. Language decline and death in Africa: causes, consequences and challenges. Clevedon: Multilingual Matters Ltd, 2005.

MUFWENE, Salikoko S. Language birth and death. The Annual Review of Anthropology. Vol. 33, p.201-222, 2004.

NGUNGA, Armindo. Introdução à linguistica bantu. 2.ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2015.

ISSN: 2447-6161

NURSE, Derek. & PHILIPPSON, G. Towards a historical classification of the bantu languages. in: NURSE, D. & PHILIPPSON, Gérard. (Eds.). The bantu languages. London & New York: Routledge, 2003, p.164-181.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, Janeiro 2009[1948].

PETTER, Margarida. Introdução à linguística africana. São Paulo: Parábola, 2015.

PIRON, Claude. O desafio das línguas: da má gestão ao bom senso. Tradução e adaptação de Ismael M. A. Ávila. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

Resolução 47/135 da Assembleia Geral de 18 de dezembro de 1992. Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas

SEVERO, Cristine G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. Alfa, São Paulo, v.57, n.2, p.451-473, 2013.

TARALLO, Fernando; ALKMIM, Tânia. Falares crioulos: línguas em contato. Séries Fundamentos. São Paulo: Ática, 1987.

TIMBANE, Alexandre António. A Justiça moçambicana e as questões de interpretação forense: Um longo caminho a percorrer. Language and Law / Linguagem e Direito, Vol. 3, nº2, p. 78-97, 2016.

TIMBANE, Alexandre António. A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique. 2013. 234p. Doutorado em Linguistica e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciencias e Letras, Ararquara, 2013.

TIMBANE, Alexandre António.; MANUEL, Cátia. Os crioulos em África são línguas de base portuguesa? Embate sobre os conceitos. Revista de Letras JUÇARA, Caxias, v. 02, n. 02, p.107-126, dez. 2018.

UNESCO. Declaração Universal De Direitos Linguísticos. Barcelona de 6 a 9 de Junho de 1996.

ISSN: 2447-6161